



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Médicas “Zeferino Vaz”
Departamento de Medicina Preventiva e Social

TÂNIA MARQUES CARDOSO

O DESAFIO DE CONVIVÊNCIA: EM APRIMORAMENTO.

Campinas
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Médicas “Zeferino Vaz”
Departamento de Medicina Preventiva e Social

TÂNIA MARQUES CARDOSO

O DESAFIO DE CONVIVÊNCIA: EM APRIMORAMENTO.

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Aprimoramento Profissional em Planejamento e Administração de Serviços de Saúde, como requisito para obtenção de título de “Especialista”, sob orientação do prof^o Ms. e Doutorando Alberto Giovanello Diaz e da prof.^a Dra. Rosana T. Onocko Campos.

Campinas
2010

In memoriam de
Renato Barros Nochimowski,
Sueli Lacerda
e Marcos Roberto de Paula.

Agradecimentos

A José e Adelinda, condição *sine qua non* da minha existência e a Juarez, aquele com quem primeiro aprendi que é preciso compartilhar.

A Pedro Sobrinho, Maria Bela, Cláudio, Deolinda, meus ídolos. A Belarmino, esperança de viver.

A Douglas, o MDC da minha vida. O meu risco que contorna a circunferência.

Aos meus grandes amigos, de longa data ou de intensidade atemporal: Rosiane, Janete M., Jenifer S.Z., Nelson S. Jr., Fabiana S.R., Milena S.M., Vanessa Favoni. Em especial, a Camila Doris, por sua competência, talento, paciência e companheirismo.

As meninas que me acolheram, que transformaram uma casa no meu primeiro lar em Campinas: Rafa, Rô, Lê, Tan I, e ao agregado de sempre, Carlos, o baterista.

A minha primeira equipe de trabalho, com todas as dores e prazeres de ser; meus parceiros, colegas de trabalho e amigos, os aprimorandos: Nara e Tiago, meus amigos (sempre nós!) da “Gestão, Gestão!”, de jacuzzi e tudo mais. Iara e Melise, por sua disponibilidade, amabilidade, gentileza e pelo contágio de forte tendência ao consumo de artesanato. A Ana e Helena, minhas companheiras de casa, de vida, de festejos, as artistas-psico-terapeutas-ocupacionais-auxiliares-de-enfermagem e a Rafael, o man of the house, o bródi caçula. A Daniele por sua dedicação, animação e suas contribuições para diversificação musical do grupo e Sumaia, por nossas longas, divertidas e estruturantes conversas via internet, no seu estilo “rock and roll modernete discreto”.

Aos aprimorandos de Terapia Ocupacional da PucCamp – Deleon Rodrigo e Welder, “atores” muito implicados no trabalho em Saúde Mental Coletiva. Aos meus amigos de “turma”, Rizo e Périco, aprimorandos de 2010. Ao Caps II “Rui de Souza Dias” de Assis, às primeiras experiências na saúde mental coletiva, em especial, a parceria de Eduardo Atílio, Marcelo Bruniera, Sônia Romeiro e Marina Ramos Paes.

A Carol e Iara, Aline, Maria, Saluá e outros estagiários, parceiros “da T.O.”.

Ao Caps III Integração, que me possibilitou essa difícil e prazerosa jornada de acompanhá-los nesse trabalho e espaço de formação. Minha gratidão especial a Bruno, Jamil, Pedro, Odilon, Eduarda e Tatiane, parcerias imprescindíveis para meu trabalho na saúde mental coletiva no Caps. A conselheira Terezita, pela braveza de sua luta.

Ao Centro de Convivência “Toninha”, esse rio raso, uma bela paisagem, cuja profundidade só se descobre ao “pular e nadar”. Minha gratidão especial a Denise Mulati, Ney Moraes, Dinha e ao pessoal da Casa de Cultura Tainã.

A Abílio Costa-Rosa, Hélio Rebello Cardoso Jr. e Soráia Paiva-Cruz, a quem devo parte da minha formação política e ética como psicóloga, pelos desafios que vivi sob seus olhares cuidadosos, que me permitiu aprendizados que levo comigo.

A Alberto Giovanello Diaz, por sua sensibilidade, atenção, imensa disponibilidade, suas recomendações preciosas e seu senso de humor. A Rosana T. Onocko Campos por sua firmeza, sua presença de espírito, olhar atento e sagacidade clínica. A Gastão W. S. Campos, por sua contribuição prático-teórica do planejamento e da gestão e por seu humor goiano. A Prof. Solange L'Abatte, pelas leituras socioanalíticas para fazer pensar.

Àquelas formas de viver e de subjetivar não capturadas por nenhum tipo de hipótese ou discurso da ciência. Aos que já foram meus pacientes, que pacientemente colaboraram para que eu me exercitasse, com eles, a ser psicoterapeuta. Aos usuários dos serviços de saúde mental e aos usuários do Caps Integração e do Cecco Toninha, meus parceiros de trabalho.

Aos “caipiras do interior”, que moram na roça, que plantam e rezam missa para que chova, ouvem viola caipira, que dançam catira e resistem à lógica atual.

A música, à duvidosa produção estética da minha existência.

A essa força, essa energia, essa coisa inexplicável.

Por fim, agradeço a tod@s que se sentiram faltantes nessa lista, vocês provavelmente me *marcaram* demais em algum momento para que eu me lembre agora.

É sábio escutar não a mim,
mas ao verbo [o logos] que em mim fala.
Os olhos e ouvidos são maus testemunhos para os homens,
se tiverem uma alma que não lhes compreenda a linguagem.
(...) Não sabendo escutar, também não sabem falar.

Heráclito de Éfeso, frag. 19, II, 14.

E sigo, besta
a escrever muito
e falar pouco.
Ah, se nossos silêncios
se tocassem...

Fábio Rocha, Preciosidade.

RESUMO

O silêncio faz parte do discurso, quando este diz de uma posição específica com relação entre o sujeito que se cala/se fala e com o outro que o escuta. No entanto, se pode verificar que, frequentemente, as instituições produzem nos sujeitos que a ocupam e constitui uma certa política de silenciamento. Pretendi, no presente trabalho, fazer um traçado, na tentativa de fazer uma observação da minha trajetória de prática do curso de aprimoramento junto a um Centro de Atenção Psicossocial III e um Centro de Convivência e Cooperativa, na intenção de problematizar o papel que estas instituições e os sujeitos que dela fazem parte – pacientes, profissionais, gestores, familiares, comunidade, dentre outros – possuem dentro de sua ousada, árdua e até mesmo custosa responsabilidade: prestar Atenção Psicossocial aos sujeitos do sofrimento psíquico e seu entorno sócio-político-cultural. Essa espécie de análise foi feita por meio de trechos de cenas institucionais vividas no aprimoramento, a partir das experiências na convivência/ambiência do Caps, mais especificamente, no percurso de um grupo de produções na convivência, alguns diálogos no espaço de ambiência do Caps e em outros espaços, junto a usuários-sujeitos e profissionais; além das ofertas de grupos e de aproximação interinstitucional com o Cecco. A partir dessas cenas, foi construída uma espécie de análise das práticas do aprimoramento, da relação entre aprimoranda e Caps/Cecco e, a partir daí, discutir algo que diga dessas instituições e seus métodos e técnicas de intervenção no campo da saúde mental e coletiva, no contexto de um aprimoramento em “Planejamento e Gestão”. Para tal, as ferramentas teóricas para construir essa discussão partiram dos conceitos da teoria dos discursos como laço social, da política de produção de silenciamento e outras definições sobre o silêncio, além de algumas acepções diversas advindas da Psicanálise nas leituras do campo freudiano, da Pragmática do Desejo e da concepção da ética da Atenção Psicossocial.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O início de um aprimoramento de “gestão” em “saúde mental”....8

1. Introdução	8
1.1. <i>Os discursos e os silêncios</i>	8
1.2. <i>Uma geografia de um percurso – o que as marcas no mapa têm a dizer</i>	9
1.3. <i>Escolher e Integrar-se: como foi chegar ao Caps Integração</i>	11
1.4. <i>Desafia-a-dor: aprimoranda de “administração” numa equipe de “administra-dores de sofrimento psíquico”?</i>	12
1.5. <i>A gestão do dia-a-dia: o dia adia o que?</i>	15
1.6. <i>Surgimento e estabelecimento do grupo “Produções de convivência”</i>	18

CAPÍTULO II – Silenciar, dizer e movimentar-se: percursos discursivos.....22

2. Desenvolvimento	22
2.1. <i>Limites da convivência no Caps – um “grito” de protesto expõe o silenciamento</i>	22
2.2. <i>É “preciso” dizer? Abrindo possibilidades de “Convivência” em Centro de Convivência e Cooperativa</i>	26
2.3. <i>A pergunta que não quer “calar”</i>	28
2.4. <i>Uma posição em deslocamento</i>	29

CAPÍTULO III – Um pequeno passo para.....32

3. Á guisa de Conclusão	32
3.1. <i>“Pegadinha”: marcas silenciosas de um percurso pelo psico-social</i> ...32	
3.2. <i>É possível planejar o “ingovernável”? Por uma ética da Atenção Psicossocial</i>	34

4. Referências Bibliográficas **36**

CAPÍTULO I

O início de um aprimoramento de “gestão” em “saúde mental”

1. Introdução

(...) Palavras que se diz
Se diz e não se pensa
Palavras não se curam
Certas ou erradas
(...)Palavras pra dizer
De novo o que foi dito

Titãs, Palavras.

A palavra é um sintoma do afeto
E o silêncio é
A comunicação mais perfeita
Que ninguém pode ouvir.

Emily Dickinson, Poema 1681.

1.1. Os discursos e os silêncios

As palavras não são as únicas formas de dizer e se expressar que temos para além ou aquém dos atos. Atos falam por nós, gestos comunicam algo, palavras tentam dizer, mas há coisas que não queríamos dizer e que se fala sem querer (NASIO, 2010). Dois discursos aí aparecem: o discurso do sujeito ou da histeria e o discurso do analista presente no silêncio de Freud, que não é um silêncio qualquer, senão um silêncio eloquente. O silêncio, portanto, dentro de um discurso é uma forma de expressar algo, de produzir sentido. Entretanto, aqui não compreendemos discurso como palavras, escritas ou faladas, como expressão de pensamento da consciência.

Do mesmo modo que há diversas formas de discursos que compreendem o silêncio como uma forma de falar, há também diversas formas de silêncio. Alguns deles, a saber: o silêncio eloquente, que é aquele que diz algo; o silêncio-em-si que é condição de escuta do analista – silenciar-em-si para que seu desejo de oferecer uma escuta proporcione ao sujeito que seu desejo possa aparecer; o silêncio como ausência de palavra (como conteúdo angustioso que “não há como expressar” pois falta-lhe o

significante); o silêncio no contexto da produção de silenciamento, na construção de uma política de proteção dos “não-ditos” institucionais e grupais presentes na relação entre subjetividade e sociedade, entre sofrimento psíquico e instituições, entre uma instituição e os sujeitos que o compõe (ORLANDI, 2007).

Nesse trabalho, em específico, se trata de um recorte de experiências de aprimoramento dentro de uma determinada instituição – a de atenção psicossocial – e o presente texto refere-se ao processo desse “encontro” – a escolha, a entrada na instituição, as práticas de trabalho e as reflexões inerentes a elas e o término da experiência de formação e atuação num aprimoramento de “gestão” em saúde mental e coletiva. No entanto, nesse trabalho, optei por examinar como o silêncio permeou esse processo, uma vez que estes silêncios têm muito a dizer das relações que se estabeleceram nessa experiência de aprimoramento.

No entanto, antes disso, faz-se necessária uma reflexão do que precede essa experiência: o que levou a própria escolha de se trabalhar na ética da atenção psicossocial junto ao sofrimento psíquico.

1.2. Uma geografia de um percurso – o que as marcas no mapa têm a dizer

Era uma vez uma vez só de vez em quando
Quando iam duas mas só uma cada vez
E toda vez que uma vinha retornando
A outra ia outra vez e pareciam três.

Palavra Cantada, Era uma vez.

Em algumas situações que se vive, não se pode escolher conscientemente ou ser escolhido. Porém, muito das vicissitudes da nossa existência se deve as opções que tivemos. Usar a primeira pessoa do *singular* ainda parece estranho, mas é preciso, em especial quando se trabalha com o desejo dos outros, como é caso da saúde mental, é preciso reconhecer o próprio desejo, o que tem a ver com a história de vida de cada um. Escrever uma história é transformar em olhar aquilo que já foi sensação outrora. Uma história das sensações vividas parece frágil se comparada com a força e intensidade já vivida e racionalizada pela escrita. Mas uma história parte de certa linearidade, de cronologia e de lugares mais ou menos definidos. Entretanto, para este trabalho de conclusão de aprimoramento, parece que uma geografia é mais coerente no sentido de falar do trajeto, da história do deslocamento de um sujeito pelo território existencial, desnaturalizando a história e sua tendência a ser escrita com tom de predestinação. Uma

geografia é menos linear, são rabiscos em um mapa, é como uma raiz rizomática (DELEUZE e GUATTARI,1995).

Começo pelo momento que conheci a saúde mental – no dia da Luta Antimanicomial, no primeiro ano de graduação. Desejava trabalhar com aquele público frequentador do Caps, que por alguma razão me parecia diferente dos outros com que tive contato, que buscavam por ajuda em uma instituição e política pública que ainda não conhecia. Dentre os estágios curriculares de graduação, haviam dois nos quais uma oferta de oficina de música, minha principal atividade além da Psicologia, e que seria cabível – estágio em Saúde Mental junto a um Caps II e numa instituição cujo o trabalho se voltava para adolescentes e crianças em situação de “risco social e pessoal”, optei pela segunda opção num primeiro momento. No último ano da faculdade, escolhi um estágio em que fosse possível atuar em Caps II, porém, com a proposta diferente das oficinas – Clínica e Psicoterapia no contexto da Saúde Mental Coletiva. Além do desejo, era um desafio e um projeto técnico e ético me colocar diante de sujeitos e escutá-los com uma “escuta treinada”, para que eles escutassem a si mesmos.

Ao entrar em contato com aquele público, percebi que de fato, eles são diferentes do que se vê em geral – me pareceu que eles, em especial, têm um modo de viver em que as potencialidades de produzir diferença aumentam, usando as palavras de Guattari e Deleuze (1972). Mas há uma produção de dor aí também - esse conflito entre uma estética de existir outra e o sofrimento individual e coletivo que isso pode causar (que faz com que o sujeito, não suportando essa dor, procure “ajuda”) foi, dentre outros paradoxos da minha formação em Psicologia, o que me pareceu mais interessante e desafiador para trabalhar. Optei por dar prosseguimento ao estudo e aperfeiçoamento prático dessa conflitiva que se impôs a mim – a potência de vida do “enlouquecer”, a “loucura” como adoecimento no projeto da modernidade, a estética da existência e a existência-sofrimento. Dentre as “saídas” da faculdade, escolhi continuar em outra, fazendo formação enquanto trabalhava, uma primeira experiência profissional com o acompanhamento supervisionado prático e teórico – o aprimoramento. Me decidi por Campinas por sua história de lutas, pela complexidade de sua rede, por ser desconhecida para mim na prática e para conhecer o trabalho de saúde mental numa grande cidade e num território maior e mais populoso – o desafio do novo lugar, de outra universidade, de outra complexidade.

1.3. Escolher e Integrar-se: como foi chegar ao Caps Integração.

(...) se a chuva engrossa, o vidro fica fechado.

Douglas Rossi Ramos, Mais uma canção de amor

Ingresso ao Aprimoramento, novas pessoas a se conhecer, diferentes trajetórias para vislumbrar e um novo trajeto a ser construído. A necessidade de escolher se interpôs novamente - o local de prática. Diversos lugares me pareceram interessantes. Entretanto, dentre essas diversas possibilidades, o Caps Integração me chamou muita atenção por situações que chamei de “familiares” e “estranhas” (FREUD, 1919), usando dos conceitos psicanalíticos que expressam bem esse momento.

Os elementos que me pareceram familiares, em primeiro, foram os usuários do Caps, alguns que inclusive vieram até nós para saber sobre nós e falar um pouco de si. Depois, a “Praça dos Trabalhadores” próxima ao Caps, em que se encontra o Centro de Convivência “Toninha”, que conta com o espaço físico do Pólo do Idoso e da Casa de Cultura “Tainã” (repleto de instrumentos musicais, desde piano até tambores de aço), que ficou para mim como um local exala história, cultura, arte, e por todas essas possibilidades, saúde. O que se apresentou como algo empolgante para escolher o Caps Integração era a possibilidade dele se mudar de prédio para outro local – mais amplo e mais próximo de um Centro de Saúde e do Centro de Convivência, pensando que a mudança de prédio pode tornar-se causa para outras mudanças.

Quanto às situações estranhas, a primeira delas é que não havia ninguém para nos receber e coube a aprimoranda, que estava em situação de conclusão de curso nos receber. Sem grandes exigências com relação ao grau de importância que tem a visita de um reles aprimorando, se comparado aos inúmeros percalços pelos quais uma instituição de saúde mental possuem no cotidiano (e que poderiam impedir que os profissionais tenham “tempo sobrando” para nós), na maioria das outras instituições visitadas sempre estava ou o próprio gestor do local, ou um funcionário da equipe. Enquanto um dos profissionais nos recebeu como pode, pois estava muito atarefado, outros pouco se moveram pela nossa visita. Por fim, a que considerei a mais estranha foi a cena de uma usuária que começou a gritar e foi, com certo grau de violência “calada”, “silenciada” por uma profissional – uma cena de atuação.

É preciso levar em conta que é um momento isolado e, talvez, descontextualizado aquele que assistimos na instituição, entretanto. Mas o que se pode

saber de um recorte institucional é o que um recorte literal, de uma figura num papel, pode dizer - o que se recorta de uma figura modifica a imagem ao todo - o antes sem recorte e torna-se um depois sem um pedaço e o pedaço recortado ganha uma visibilidade que antes não teria.

Dúvidas, negociações e tensões permearam a escolha pelos locais de prática do aprimoramento, mas, de minha parte, elegi por alguns critérios: usuários que me chamaram a atenção, riqueza de equipamentos no território (Cecco, por exemplo), e inúmeros desafios para se trabalhar. Já se pode perceber que, nesse relato, o que mais me *marca* na minha trajetória de escolhas é o que para mim seja desafiador.

1.4. Desafia-a-dor: aprimoranda de “administração” numa equipe de “administradores de sofrimento psíquico”?

Depois da escolha do local, por meio do recorte vislumbrado, era chegado o momento de ir ao serviço, apresentar-se, se oferecer como mais um profissional disponível e mais um estudante em formação, interessado em apreender com funciona um Caps III, como uma psicóloga pode trabalhar em equipe interdisciplinar. Era um dia rotineiro de trabalho, com suas pendências corriqueiras, profissionais atarefados e com pouco tempo para acolher uma aprimoranda recém-chegada, cheia de perguntas a fazer. Não havia ninguém que poderia me receber naquele momento, porém, um profissional do núcleo de enfermagem me apresentou os espaços do Caps.

Logo observei que, embora a casa fosse grande, o espaço era “apertado” no geral. Havia muitos usuários na sala de espera sem atividades para fazer, alguns (que não eram poucos) batendo à porta da sala de equipe com diversos pedidos, muitas demandas e intercorrências. Os profissionais na sala de equipe escreviam nas evoluções de prontuário, procuravam por papéis, por chaves; discutiam casos – parece que, num trabalho atribulado como é o do Caps III, seria inconveniente que se fizesse tantas perguntas. No entanto, eu não poderia começar a intervir naquele ambiente sem saber de algumas coisas, por isso, sentia-me num paradoxo tensional: inconveniente por perguntar, despreparada para ajudar por meio de intervenções. Com o passar do tempo, foi se tornando cada vez mais difícil, para mim, perguntar ou mesmo afirmar – o que será “dito” e contextualizado mais adiante.

Decidi observar as atividades institucionais e conhecer o máximo possível de usuários do serviço e o território. Muitos profissionais me diferenciavam dos aprimorandos anteriores, pelo fato de ser “da gestão”, e não “da saúde mental”, que por vários anos consecutivos se mantiveram na prática do Caps Integração. Apesar de não haver uma diferença na prática ou na ética de trabalho, havia uma “mistura” ainda pouco compreendida – da gestão e da clínica (ONOCKO CAMPOS, 2001), do clínico-institucional, do planejamento do serviço e das intervenções em saúde mental.

Na minha entrevista para ingressar o aprimoramento, a supervisora perguntou por que havia escolhido “Planejamento” e não “Saúde Mental”. Respondi que não acreditava numa coisa separada da outra. Pensava que na prática deveria ser igual – um “planejador” deveria saber fazer o que faz um técnico e auxiliar, e o técnico/auxiliar, por sua vez, acaba fazendo gestão no seu cotidiano de trabalho. Havia perguntas que me inquietavam, e que eu buscava formas de “equacioná-las” no aprimoramento: como planejar uma instituição que se propõe a trabalhar com aquilo que pede extrema abertura ao inusitado, inesperado, impensado? Que abordagem teórica para a prática em saúde mental? Como planejar antecipadamente o porvir do funcionamento da psique, que inclui o futuro e o passado que retorna em presente? Parece muito contraditório querer “planejar” isso.

Curiosamente, logo que comecei o curso de aprimoramento, percebi que o nome formal do curso – Planejamento e Administração de Serviços de Saúde – era cuidadosamente substituído por “Planejamento e *Gestão* de Serviços de Saúde”, ou simplesmente chamado de modo informal “Gestão”. Talvez houvesse algum incômodo que nos provoca esse significante ocultado pela substituição – Administração. O que faz o Administrador e qual a diferença entre este e o Gestor? Colocar em listas, planilhas, “muais” da programação semanal, levantamentos em números, são trabalhos *administrativos*, que quando conseguem ir além da burocracia, têm fins de não-alienação do processo de trabalho, de aumento da autonomia do cotidiano institucional dos pacientes, de facilitador das práticas interinstitucionais e intersetoriais, por meio do compartilhar saberes e fazeres por meio de seus dados. Planejar remete à organizar, colocar em ordem dentro de um plano de previsibilidade e numa certa concepção de organização (taylorista, dentro do modelo capitalista de produção).

Os sujeitos em sofrimento psíquico, público deste trabalho em saúde mental, quando em desencadeamento forclusivo ou desmoronamento da realidade ou outro

desdobramento subjetivo, são descritos geralmente por seu funcionamento “desorganizado”. Quando se trabalha nessa perspectiva “administrativa”, reduzida à sua aplicação aos sujeitos como se fossem objetos de uma prática organizativa: de que eles perdem a habilidade de administrar-se a si próprios; os sujeitos acabam sendo coisificados, já o profissional permanece nos discursos como laço social do Mestre (GOLDER, 2000), que é o da explicação para governar ou Discurso da Universidade, da ciência para explicar, em outras palavras, se posiciona discursivamente como Administra-dor: administra-se a dor do sujeito, tira do próprio a capacidade de gerir a própria vida e de responder por si e por seu sofrimento.

Essa prática pode ter efeitos, no entanto, dentro da ética da atenção psicossocial, esses efeitos não são efeitos-sujeito (COSTA-ROSA, 2010). O “planejar” em saúde mental dentro da ética da atenção psicossocial, portanto, não tem a ver com organização dos “desorganizados”. Planejar um Caps é mais do que estabelecer um plano numa superfície supostamente plana da subjetividade e da instituição. Para se planejar em Caps, não necessariamente a produção será plana, reta – a superfície no Caps é cheia de declives, perfurações, ondulações. Na maior parte do tempo, os sujeitos da instituição CAPS são Administra-dores: usuários administram diariamente o seu sofrimento, fazendo uso de diversas técnicas de controle de seus delírios e alucinações, dentre outras. Técnicos e auxiliares que trabalha-dores que lhes são trazidas pelos relatos dos usuários e colegas de trabalho. Trabalhadores que administram suas próprias dores, produzidas pelo cotidiano de trabalho; o Coordenador, figura representativa da Administração, que vê todos esses administra-dores e trabalha-dores circulando, tenta organizar isso para dentro e para fora da instituição, tudo isso além dos sofrimentos “comuns” os quais toda vida humana está sujeita.

Por diversas razões, já se pode compreender o motivo da substituição administração por gestão. O trabalho de gestão na atenção psicossocial não diz respeito a uma empresa a ser administrada, dentro dos modelos tayloristas ou na mesma lógica do regime capitalista, pautado no regime medicalizador, hospitalocêntrico e especializado. A gestão implica em gerar e gerir. O gerir está pautado na administração clássica, nos moldes capitalistas, com base na “ação sobre as ações dos outros” (ONOCKO CAMPOS, 2003). Já o gerar toma a gestão como um tempo e um lugar, como possibilidade de criação e experimentação de espaços de tomada de decisões

coletivas, onde seja possível maior participação dos atores (CAMPOS, 2003), para formulação de projetos e análise da implicação com o que é produzido pela instituição.

Fundamentos teóricos para pensar a gestão para além da administração, “desterritorializar” a gestão do lugar de gerência e “territorializar” o cuidado pareciam ter uma relação próxima. Entretanto, depois da reunião de equipe, logo nas primeiras semanas em que estava no Caps e que me apresentei à equipe, tive uma conversa com uma auxiliar de enfermagem que estava curiosa para saber a respeito do “aprimoramento de gestão”. Fez-me algumas perguntas e me deu algumas dicas: “vá para a gestão para fora, para as reuniões no Distrito, pois se você ficar aqui dentro, não vai ter tempo de trabalhar com a gestão. Se pegar pacientes e um grupo de referência, por exemplo, você já não vai conseguir fazer mais nada”. Falei para essa profissional que eu gostaria de fazer algumas coisas no território, mas não necessariamente ficar somente nos espaços já legitimados como “de gestão”, e que acreditava que as práticas institucionais também são de gestão do cotidiano de trabalho, como por exemplo, o próprio grupo de referência. Ela me respondeu que “cada nível tem seu discurso: a universidade tem esse discurso ideológico, a gestão tem outro discurso e os trabalhadores, outro diferente. (...) Acho que, se você quer fazer seu aprimoramento em gestão de fato, você deveria abrir uma agenda para alguns casos individuais e participar das reuniões dentro e fora daqui”. Depois desse diálogo e de discuti-lo em supervisão, fui orientada a observar os espaços de gestão do dia-a-dia do Caps.

1.5. A gestão do dia-a-dia: o dia adia o que?

(...) Todo dia eu só penso em poder parar
Meio-dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.

Chico Buarque de Holanda, Cotidiano.

Após um período em que acompanhei o processo de plantão, fui à reunião de passagem de plantão, em que se falava de vários assuntos: quem utilizou o transporte, visitas domiciliares, ligações telefônicas de familiares, pedidos de vaga para internação, quais profissionais que faltaram no dia e quais vieram cobrir os faltantes, se houve alguma triagem de novo usuário, as avaliações e discussões breves dos casos de pacientes que estavam em leito, ocorrências do espaço de convivência, dentre outros. Ali me pareceu um espaço legítimo de gestão do cotidiano: um local de intensa troca de

informações e impressões, em que circulava a palavra de uma forma mais democrática. Concluí que o gestor do dia(-a-dia) era o plantonista e que a co-gestão se dá por meio das trocas de informações e sensações que demais profissionais (que estão ou não “no plantão” daquele dia) possuem e faziam circular dos acolhimentos feitos aos usuários que demandaram escuta – sejam usuários de leito, permanência-dia, medicação assistida e outros.

Nessa mesma época, a equipe estava repensando o plantão: havia muita responsabilidade para o plantonista e que poucos compartilhavam essa responsabilidade no dia-a-dia. Quando os outros compartilhavam mais com o plantonista, o profissional teria que deixar de fazer outras atividades que geralmente faria – ateliê, grupos fora do Caps e outros – *adiando* seus outros compromissos em prol do funcionamento do plantão, priorizando atendimento ambulatorial, o que ia contra a própria proposta dos Caps. Mudar o processo de plantão era algo ousado, uma tentativa da equipe em criar um desvio no seu processo de trabalho. Em reuniões de equipe e supervisão clínico-institucional, decidiu-se que quaisquer profissionais presentes no dia de trabalho auxiliariam o plantão, seria instituído uma forma de trabalho mais compartilhado e solidário, para evitar os problemas cotidianos de adiamento de atividades, que acabam por ter influência no plantão (por exemplo, quanto menos atividades expressivas e artísticas fossem feitas, maior a redução dos espaços de expressar o sofrimento psíquico e, conseqüentemente, mais sujeitos poderiam entrar em crise). Assim evita-se adiar o tratamento dos crônicos, as atividades para além do plantão ou até mesmo, para além do Caps, para que se possa suportar as demandas do plantão: leitos, triagens, medicação, intercorrências, intervenções rotineiras, o que deveria ser óbvio mas não é, por questões imaginárias e pelo tipo de transferência em que se está em relação ao trabalho (COSTA-ROSA, 2010).

Essa mudança trouxe, todavia, uma organização caótica do plantão: as reuniões de passagem de plantão tornaram-se esvaziadas, os usuários ficavam confusos, os profissionais sempre se remetiam ao plantonista formal para algumas ações específicas. Avaliou-se que seria melhor retornar ao modelo anterior. Atualmente, percebo que houve uma mudança no modo como o plantão se organiza, mesmo que micropolítica, hoje se compartilha um pouco mais (depende do dia) as tarefas do plantão, mas fora do instituído outrora planejado. A gestão do cotidiano está para além do papel, das regras instituídas; está mais na gestão do modo como se faz clínica, nas experimentações, no

compartilhar ações e planos, no *gerar* (ONOCKO CAMPOS, 2003). Fui a Assembléia para conhecer um pouco da gestão que os usuários fazem do Caps e os desejos compartilháveis (e coletivizados) entre eles, quais suas propostas e como se dava encaminhamento das encomendas e demandas. Notei que as falas dos usuários eram variadas: questionamentos de algumas regras do Caps como por exemplo, certa vez em que a pauta era “o porquê das portas fechadas”, reflexões a respeito de temas da vida cotidiana como violência, recitação de poesia e música dentre outras. O modo como os profissionais conduziam a Assembléia, centralizava-se no explicar as regras e tornar a pactuá-las, dar encaminhamentos a certos pedidos e discutir questões. Porém, até aquele momento, ainda permanecia no lugar de observadora, de aprendiz, no discurso de mestria, e por vezes, no discurso universitário (LACAN, 1992), pois os sujeitos-usuários ainda estavam como “objetos” da minha observação ou da ciência em estudo. Precisava, logo, me deslocar dessa posição teórica, ir, ao menos, para a posição de sujeito do meu trabalho, mas principalmente, me colocar num lugar que motivasse aos sujeitos-usuários ocuparem a posição de Sujeito.

O discurso do Sujeito/do Inconsciente/da Histeria é o do fazer-desejar (id.), e eu já havia um desejo *a priori* da minha entrada no Caps: denunciar a agressão do silenciamento de quando um usuário é calado e fazer aparecer o desejo dos usuários, no intento de que eles se vejam e ouçam “gestores de si”, partindo do “dar ouvidos” aos pedidos e devolvê-los de forma que possam ser trabalhados em ofertas que os tornassem mais palatáveis, e um desejo pré-construído atrapalha que os desejos dos sujeitos em sofrimento psíquico apareçam. Mas havia um detalhe a apreender – eu sozinha não poderia ouvir o que mais de trezentos usuários tinham a dizer, para isso é que se trabalha em equipe. Ou ainda outra questão notável – quanto de silenciamento institucional se produz numa relação em equipe?

Um local em que o silenciamento torna-se “gritante” é a convivência. Notei que a produção de ambiência ou convivência no Caps estava com pouco investida por “técnicos”, e por permanecer bastante nesse espaço para conhecer os usuários do serviço, percebi que era lá que as coisas aconteciam – rodas de “prosas”, usuários assistindo televisão, folheando revistas, enfim, um espaço propício para o trabalho tanto para com aquele novo paciente que chega ao serviço, quanto aquele que permanece constantemente a espera de algo. Esse espaço é, portanto, momento em que se valoriza os acontecimentos (OURY, 1991).

1.6. Surgimento e estabelecimento do grupo “Produções de convivência”

Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar
Da lama ao caos, do caos a lama
Um homem roubado nunca se engana

Chico Science e Nação Zumbi, Da lama ao Caos.

Optei, dentre as ofertas grupais e individuais que fiz no Caps, falar dessa oferta com maior aprofundamento, pelo fato dela ter se configurado como oferta para a convivência/ambiência do Caps, por permitir a abertura ao trabalho intersetorial, a partir de outros intercessores para além das técnicas *psi* (mas não sem efeitos subjetivos).

No espaço de convivência ou ambiência, um usuário, escritor de poesias distribuiu seus poemas para vários outros usuários do Caps. Alguns estavam lendo em voz baixa, outros em voz alta, fazendo inclusive, performances de recitação. Pedi a autorização do escritor para improvisar um pequeno recital de poesias, que aceitou com a condição de que não discutiríamos a sua poesia, não pensaríamos sobre as poesias, pois para ele, poesia é para ser sentida e não racionalizada (palavras do próprio poeta). Sugeri então que formássemos uma roda, no refeitório do Caps, e lêssemos as poesias para todos que quisessem ouvir. Alguns foram para o refeitório, formou-se uma roda com aproximadamente dez pessoas, avisei rapidamente na sala de equipe o que ia acontecer e assim fizemos a primeira reunião do que se tornaria um grupo.

Depois do ocorrido e pensando numa proposta de “Oficina da Palavra”, conversei com alguns profissionais do Caps à respeito dessa ideia, mas tive poucos retornos em termos de voluntários/parceiros. Aconselhada em algumas conversas informais com profissionais da equipe e estagiários, de que eu deveria fazer antes algumas experiências com o grupo e, quando ele tivesse mais ou menos um formato, eu apresentaria na reunião de equipe a ideia do grupo, suas produções e seus primeiros efeitos e teria mais fundamentos para convencer que algum profissional da equipe participasse. No entanto, essa ideia se perdeu, coisa comum nas instituições – perde-se facilmente compromissos que se faz, devido a diversas circunstâncias, em especial, do Caos do trabalho em saúde mental (MOURA, 2003) num Caps III – banaliza-se

questões muito importantes, que são próprias da gestão da clínica (ONOCKO CAMPOS, 2003a). Isto é um problema sério, e nesse ponto cometi falha grave, mas ao mesmo tempo, reconheço que o esquecimento é demasiadamente humano (ONOCKO CAMPOS, 2003b). Posteriormente, pareceu mais razoável uma espécie de “espaço de improviso”, local e momento em que faríamos algo que estivesse já em movimento na convivência: uma conversa em comum que pudesse ser compartilhada, ler algo coletivamente, pensar questões em grupo, inspirada nas ideias do Clube dos Saberes (MOURA, 2003). Por fim, delimitei que essa reunião não teria formato – seria um espaço de produções da e na convivência.

No segundo encontro, os usuários estavam naquela mesma posição na convivência da instituição – em frente à TV, fumando um cigarro na parte externa, alguns deitados no chão, outros nos sofás, outros perambulando etc. Me indagava por aquela cena institucional, então, convidei-os para fazer alguma coisa – que tal fazermos alguma coisa ali no refeitório? Alguns se negaram, outros foram e se lembraram do “recital” de poesias da semana anterior. Sugeriram escrever poesias. O poeta presente sugeriu que fossem poesias individuais – cada um escreve a sua. Os demais participantes sugeriram uma escrita coletiva. Então, combinamos que quem quisesse escrever individualmente poderia, e quem não quisesse, poderia formar um grupo para escrever em conjunto no qual eu me dispus a participar. Dois escolheram escrever individualmente, alguns preferiram desenhar e uma média de seis participantes optou pela escrita em grupo.

O poeta não gostou da poesia coletiva, disse que uma poesia não poderia ser escrita em grupo, pois fala de sentimentos que apenas um pode sentir e o leitor pode ou não identificar-se. Disse que haveria espaço tanto para as poesias em grupo quanto individuais. Dias depois, ele sugeriu a um grupo de estagiárias que formassem um grupo de poesia, no formato individual. Concordo com o poeta no que toca a questão de que a poesia, ou a própria palavra em si é capaz de dizer algo desconhecido, o que pode ser sentido como grande exposição de uma suposta interioridade pertencente ao sujeito, algo que pode ser visto nas reuniões de equipe, por exemplo – pessoas deixam de falar na reunião, por medo da exposição pública e receio de ser traídos pela palavra ou outro fenômeno de discurso – o silenciamento. No entanto, a qualidade da produção individual não é necessariamente superior à coletiva – numa produção coletiva de sentido, cada sujeito pode tirar proveito individualmente e ao mesmo tempo, apreender

esse sentido numa *compreensão social e compartilhável*. Por exemplo, em uma supervisão de equipe, quando esta funciona como exercício analítico-institucional, a fala de alguns sujeitos pode expressar a ideia de muitos que não conseguiriam falar o mesmo, ou um silêncio compartilhado coletivamente pode mostrar uma possível dificuldade da instituição em lidar com o assunto em questão, ou ainda o inconsciente individual pode ser minimamente trabalhado por meio de discussões coletivas a respeito da instituição, dos casos e das intervenções.

No terceiro encontro, propus o mesmo que no encontro anterior – vamos escrever. No entanto, houve “resistência” a essa proposta. Preferiram falar, naquele dia, falar sobre algumas palavras. Elegemos então algumas palavras – palavras importantes para a vida – eles delimitaram. Família, não à violência, paz, jovens, dentre outras. As palavras depois foram discutidas, contudo, misturadas ao significado social apareciam relatos da história de cada um. Os outros participantes complementavam a história do outro com a sua própria. Enquanto isso, outro usuário, que ficava por perto, entretanto, fora da roda, pediu folhas e caneta e ele escreveu repetidamente o seu nome até completar todas as folhas. A este paciente, comecei a dar atenção individualizada em espaços de convivência, e com ele foi possível produzir algo de interessante. Era um psicótico grave, usuário de alguns tipos de drogas, aquele que antes apenas escrevia o nome passou a desenhar, posteriormente, a desenhar-se. Mas este paciente faleceu repentinamente de causa desconhecida: percalços do trabalho “com vida”.

Nesse encontro, a ideia das palavras se repetiu e alguns usuários tornavam-se frequentadores mais ou menos assíduos da reunião, havendo também uma circulação de novos participantes. Os profissionais começaram a notar a existência do grupo ao ver a roda se formar no espaço do refeitório, mas quase não perguntavam a respeito. Cheguei a convidar profissionais para participar naquele dia, mas dos que convidei, todos estavam atarefados demais naquele momento. O grupo começava a tomar um caráter de grupo terapêutico a pedido de uns, entretanto, essa ideia era rejeitada por outros. Mediar essa diferença de desejos de produção foi mais difícil nesse encontro. O que me levou a pensar numa proposta para a semana seguinte. Nela, propus para os participantes um sobrevoo sobre os seus “desejos para o Caps” e desejos para aquele grupo. Fizemos uma “lista” de desejos de ofertas para o Caps, numa cartolina – quem sabia escrever, escrevia seu próprio desejo, quem não sabia, outro escrevia por ele. Alguns dos desejos elencados foram: “que não tivesse ninguém no Caps”, “melhorar a comida do Caps”,

que os “profissionais trabalhassem de uma forma excelente”, “grupo de dança”, “grupo de videoclipes”, “computação”, “grupo de fotografia” – sugestão da coordenadora questionada pelos participantes do grupo; “piscina no Caps”, “grupo de teatro”, dentre outros. Percebi que várias dessas ofertas já existiram ou existiam no Caps com outros formatos. Algumas que não haviam no Caps haviam numa instituição próxima e que eu já conhecia: o Cecco. No entanto, não havia me apropriado das atividades que ocorriam no Cecco, então, resolvi procurar informações no Cecco.

No encontro seguinte, fui até lá, acompanhada de alguns usuários que conheciam o caminho. Lá, fomos recebidos pela gestora do Cecco, que estava coordenando uma atividade na horta, chamada de “Oficina Ambiental”. Como foi uma visita sem planejamento, sem aviso nem convite, interrompemos não sem certo grau de tumulto, a atividade em andamento por alguns instantes. Contudo, fomos bem recebidos e esclarecidos a respeito do Cecco pela coordenadora e outros profissionais. Lá havia também outros aprimorandos – Terapeutas Ocupacionais – pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que faziam sua parte prática no Cecco “Toninha”, no Centro de Saúde “Integração” e na “Casa das Oficinas”, equipamentos adscritos no território do Caps. Não era óbvio para mim que seria necessária certa organização prévia à prática (de uma visita), para que não haja essa espécie de invasão institucional e interrupção de uma atividade em andamento – ainda não tinha me acostumado com o “gerir” que influi no “gerar” e o contrário.

De qualquer modo, fomos bem “contornados” pela instituição que nos recebeu, e a nossa própria visita “caótica” foi produtora em certo sentido. Um dos usuários que foi a essa visita, tornou-se frequentador e participante ativo da Oficina ambiental.

A maneira como os usuários chegaram ao Cecco, pedindo café e servindo-se, entrando nas salas e atividades como se fossem “familiares” (embora fosse de fato, para alguns deles) me fizeram re-conhecer aquele espaço como aberto e acolhedor aqueles sujeitos, com um movimento constante de pessoas da comunidade, um autêntico espaço que servia de pretexto para a convivência.

Dentro da definição dos Ceccos em termos de política pública:

que integram essas práticas inovadoras, (...) concebidos como espaços alternativos de convivência. Abertos a todas as pessoas, tais espaços estavam comprometidos principalmente em aproximar a população *normal* dos *diferentes* (psicóticos crônicos, deficientes mentais, auditivos, físicos, idosos, meninos e meninas de rua, etc.), investindo para que estes tivessem a

oportunidade de se relacionar com o restante da população usuária dos espaços públicos (GALLETTI, 1999, GALLETTI, 2001);

Notei que havia um esforço do Cecco “Toninha”, mesmo com sua precariedade de recursos, no sentido de que funcionasse conforme essa acepção, e com adicionais muito próprios desse local – onde se encontra a sede do Cecco “Toninha”, também funciona outras duas instituições – o Pólo do Idoso e a ONG “Casa de Cultura Tainã”, além de estar numa praça conquistada pela população local; portanto, um local que possibilita, para a maior diversidade de faixas etárias e formas de viver dos sujeitos da comunidade, o habitar no espaço público.

CAPÍTULO II

Silenciar, dizer e transitar: percursos discursivos

2. Desenvolvimento

2.1. Limites da convivência no Caps – um “grito” de protesto expõe o silenciamento

O grito é a fuga do silêncio
O prenúncio de um gozo ou um sinal de dor
(...) O grito, pai da palavra (...)
A certeza da certeza faz o louco gritar
A certeza da certeza faz o louco gritar
A certeza da certeza faz o louco gritar
Gritar, gritar, gritar (...)

Lobão, O Grito.

Dias depois da visita ao Cecco, numa reunião de equipe, estava colocada uma pauta – Aprimoramento – a qual eu deveria falar um pouco da proposta do aprimoramento de “gestão”. Falei que eu estava atendendo algumas pessoas individualmente, fazendo grupos como o “Novo Portal” (grupo de usuários no trabalho de apropriação da “gestão do Caps”), escolhendo um grupo de referência e mini-equipe para participar, fazendo ofertas grupais e individuais na convivência e me movimentando pelo território (Acompanhamento Terapêutico, primeiras aproximações com o Centro de Convivência e Cooperativa “Toninha”). No entanto, eles me pediram para diferenciar com maior detalhe o que isso tinha a ver com a gestão – o que faz um aprimorando em “planejamento e administração de serviços de saúde”? Disse que

partimos, segundo os conceitos de Onocko Campos (2003a), que clínica e gestão não estão separadas; mas eles insistiam numa diferenciação, num esclarecimento mais palpável, e falaram de experiências anteriores com aprimorandos de planejamento e gestão, que faziam levantamento de dados/questionários e avaliações que causavam “frisson” na equipe. Reafirmei que meu “método” seria outro.

Simultaneamente, estava estreitando meus laços com o Centro de Convivência e Cooperativa “Toninha” (Cecco), por meio dos aprimorandos da PUC e da abertura da equipe do Cecco a parcerias intersetoriais. Me apropriei um pouco dos grupos que eram oferecidos no Cecco, e percebi que uma oferta muito procurada, tanto pelos usuários do Cecco quanto do Caps era a do grupo de teatro, como apareceu, por exemplo, no cartaz dos desejos que foi feito na convivência do Caps, e que estava suspenso no quadro de atividades do Cecco, por falta de recursos humanos. Propus-me, em parceria com os aprimorandos da PUC, que retomássemos as atividades do grupo de teatro, embora não tivesse muito conhecimento de teatro, a fim de dar um local de vazão para esse pedido recorrente no coletivo de “usuários da saúde mental”. Planejamos o grupo, escrevemos o projeto e o apresentamos para a equipe do Cecco e, posteriormente, para a Assembléia (em formação recente). Ele demorou um pouco para começar, devido a problemas de horários e parcerias com outras instâncias, como por exemplo, dos profissionais do Centro de Saúde era parceria imprescindível, mas a disponibilidade de tempo era escassa, além do problema da falta de recursos para a compra de materiais, contrato que, naquela época, tinha terminado.

Enquanto o grupo de teatro no Centro de Convivência se re-formava, vários encontros do grupo de convivência se repetiram na conflitiva entre grupo voltado para produções de convivência, a partir dos pedidos de cada dia, e grupo com caráter mais definido – oficina, psicoterapia de grupo etc. Produzimos concretamente diversas “obras”: cartazes para o dia do Movimento da Luta Antimanicomial, nos unimos eventualmente ao grupo “Novo Portal” – que eu também coordenava junto com duas estagiárias de Terapia Ocupacional, parceria a qual pude desfrutar de uma experiência de grupo interdisciplinar – para fazer o mural de atividades do Caps intitulado “Encontre-se em cada dia”, confeccionamos o cartaz dos “desejos para o Caps”, que fora colocado na sala de equipe e que, posteriormente, desapareceu.

Coincidentemente ou não, no dia que notei a falta do cartaz, em reunião de equipe estava-se discutindo a respeito da reestruturação da carga horária da

enfermagem, que iria respaldar melhor o trabalho dos auxiliares e técnicos de enfermagem, entretanto, estava indo de encontro aos desejos de alguns profissionais técnicos. Lembro que fiz uma intervenção na sala de equipe (colocando um cartaz escrito “Onde estão os desejos? Se alguém souber do cartaz dos desejos para o Caps, favor me procurar”) e nessa reunião de equipe, disse algo parecido como “Onde estão os desejos?”, pergunta que foi ouvida por alguns como reconhecimento de que algo “gritante” (manifesto por choro de uma profissional, por exemplo) a ser “escutado” e por outros, como ofensa. Nesse momento, creio ter assumido a posição de dizer o “não-dito” dentro daquele espaço legítimo, e talvez, a partir desse momento, meu lugar na equipe toma uma forma um pouco mais definida – de “defensora de desejos” e de “defendida” em relação ao que se entende como ofensiva da minha mensagem, em que não houve o retorno no Outro da mensagem, não houve comunicação (LACAN, 1966).

Depois de alguns encontros, terminou o primeiro semestre, e tive uma quinzena de férias. Assim que voltei, o Caps Integração estava prestes a mudar de sede – uma grande conquista, fruto de muitos anos de luta política da comunidade e da equipe e um momento interessante para uma aprendiz acompanhar de perto. Ajudei na mudança carregando coisas, pois era essa a ajuda necessária para aquele momento. Mas temi que esquecessem o mural “Encontre-se em cada dia”, produzido pelo grupo “Novo Portal” em parceria com o grupo da convivência. Então peguei chave de fenda e parafuso e fui retirá-lo, mas em vão: era pesado e grande, e estava bem ajustado. Numa tentativa patética de fazer isso sozinha, fui vista pela coordenadora do Caps que me chamou atenção, dizendo: “Não é você que tem que fazer isso!”.

O fato é que houve a mudança de prédio, com todas as alegrias e estranhamentos inerentes a um processo de mudança. Aos poucos, retomamos o grupo em diferentes espaços do novo prédio, mas sem alguns usuários que costumavam frequentar e com novos pacientes que foram inseridos nesse meio tempo. Durante dois encontros seguidos, o grupo se dividia entre reclamações a respeito do seu tratamento no Caps, queixas de seu sofrimento psíquico, problemas familiares e pedidos de produções artísticas na convivência. No encontro seguinte, o grupo estava num movimento muito forte de protestos com relação ao Caps, aos serviços de saúde pública em geral, e consigo mesmos e seus entornos, e foi decidido que isso seria comunicado aos profissionais ou seria de alguma forma, registrado. E fizemos um cartaz, com “protestos” variados, sendo alguns deles, a saber:

- Contra as grades nas janelas, por melhoria da comida do Caps, contra os profissionais que maltratassem os usuários ou os atendessem mal, que todos os desejos fossem realizados imediatamente, pudesse namorar todos os dias, que pendurassem “redes” para dormir no Caps dentre outros.

Combinamos que no encontro seguinte, iríamos problematizar os protestos, discutir sobre eles, uma vez que estes protestos demonstram diversas impressões que se tem do Caps, dos serviços de saúde, das suas relações com a família, redes sociais e consigo próprios. Na semana subsequente, foi a minha avaliação em equipe, que precedia a avaliação na Unicamp. Nessa avaliação em equipe, várias falas foram feitas a respeito do grupo: que foi uma intervenção inadequada, que “andava num caminho oposto ao da equipe” (sic.), que eu criei espaços para fala, escuta e escrita “de todo o tipo de “abobrinha” que os usuários têm a dizer” (sic.). Respondi que a prioridade do meu trabalho era a fala dos usuários. Dois profissionais fizeram falas que considerei muito pertinentes: uma terapeuta ocupacional disse que eu estava muito distante da equipe e que ela se reconhecia distante de mim. Outro profissional, um Psicólogo, falou da necessidade de se respeitar as produções dos usuários, seja qual for a produção, não riscando ou respondendo no cartaz, por exemplo. Naquele mês, a coordenadora estava de férias e a que estava substituindo-a foi na minha avaliação e repetiu exatamente aquilo que a equipe tinha falado para mim.

Havia limites, no sentido de contorno que precisavam ser dados as falas dos usuários e que, naquele momento, eu não pude e soube fazer de uma forma aprofundada ou considerada “adequada” pela equipe. O único contorno possível foi o concreto: escrever num papel de forma literal. Era necessário um contorno simbólico às produções imaginárias do grupo, que não consegui fazer naquele momento, como por exemplo, não permitir a exposição da vida particular de um usuário. Mas sabemos que em um grupo, quando este funciona como grupo-massa, se processa algo que pode fugir ao controle do “coordenador” (FREUD, 1921), mas no momento estava mergulhada na situação e não consegui enxergar esse movimento do grupo na direção massificadora, entrando na mesma direção do grupo.

Sempre é mais difícil de ver quando se está sozinho e dentro, no micro da instituição – quando se encontra num sobrevoo, torna-se possível olhar de longe, ver o micro (um grupo de usuários) e o mezzo (a equipe). Tive grande responsabilidade nisso, mas fui responsabilizada por essa “transmissão de mensagem” – tornei-me objeto

persecutório da equipe, que se comportava, no meu “ponto-de-vista” como uma equipe paranóica comigo e o contrário também, eu, persecutória com relação à equipe.

Nessa co-produção, uma política de silenciamento específica fica aparente no “ataque” a uma aprimorada “de gestão”, e dá visibilidade a uma resistência da equipe: associar esse tipo de prática à gestão. Todavia, escutar o sujeito é da dimensão da gestão. Para além da relação aprimoramento-Caps, a avaliação pode representar, de certo modo, a própria exposição de uma produção de silenciamento, manifesta “pela chaminé errada”: o silenciamento como ataque à dimensão da gestão.

2.2. É “preciso” dizer? Abrindo possibilidades de “Convivência” em Centro de Convivência e Cooperativa

Nem tudo difícil de se fazer é útil, e
É mais raro que baste uma resposta
Para eliminar uma questão do mundo
Que um ato.

O nó górdio, Bertold Brecht.

No Caps, senti que era necessário falar mais, trocar mais as informações que possuía dos usuários pela minha grande permanência e ofertas no espaço de convivência/ambiência. No entanto, algo de paranóico permeava essa condição *sine qua non* do trabalho em equipe – não vão escutar, não tenho nada de interessante a dizer, vão pensar que estou cobrando algo da equipe – que seria inoportuno o que eu *dissesse*.

Nessa mesma época, atendia em psicoterapia individual, e em certa sessão a “Mulher de Lata”¹ me pede que eu “fale algo que ajude, algo que a impeça de ter “a paradinha” novamente (sic.). Digo-lhe algo de sua relação com sua própria crise recém “estabilizada”, e ela continua a insistir que eu diga algo, que era a minha vez de falar, pois ela já não tinha “mais nada a dizer” (sic.). Então, por outro lado, minha paciente me convocava à palavra, me convidava a dizer.

Os usuários, na ambiência, me falavam de suas vidas, de seus projetos terapêuticos singulares, de suas famílias, de temas diversos. Um deles, por exemplo,

¹ Nome fictício, referente ao personagem do “Homem de Lata” conto infantil “O Maravilhoso Mágico de Oz” de L. Frank Baum, e da estátua do “Homem de Lata”, de São Francisco de Assis, da cidade de Assis, SP. Esses dois “personagens” estabelecem relações com as falas da paciente em psicoterapia.

ficou muito *marcante*. Na ambiência do Caps, certa vez um usuário – Michael², que estava de leito naquela última semana, por conta de estar fugindo de sua casa para andarilhar (a ponto de ferir seus pés), estava com alucinações visuais e auditivas e uso intensivo de substâncias psicoativas – deu-me seu caderno e pediu para que eu escrevesse o meu nome completo, para que ele pudesse reescrevê-lo de forma que ele pudesse me proteger de estupradores. Segundo Michael, enquanto eu estivesse com esse papel com meu nome reescrito, eu não seria estuprada. Aceitei “a proteção” e escrevi “Tânia Marques Cardoso”, o meu nome completo. Michael rasgou um pedaço de papel e o reescreveu “Tânia não-marques Cardoso” e me deu, e escreveu outro nome abaixo, um nome que o demônio havia dado a ele.

A fala de Michael me diz algo da marca institucional do aprimoramento em um Caps, e do meu especificamente. Qual seria a marca do Caps Integração que ficaria em mim? O silêncio, fora do contexto em que ele diz algo, não deixa marcas. Mas parece que o que uma ação (o que se faz) marca mais do que a fala (o que se diz) num contexto coletivo. Marcar, deixar marcas pessoais na instituição é narcisicamente gratificante, dialoga com as vaidades individuais de forma muito explícita. Não raramente, é fácil cair nessa armadilha narcisista da Instituição (KAËS, 1991) e da idealização do papel do “olhar de fora”, que nos inclui na lógica de que somos essenciais e insubstituíveis, quando de fato, não o somos. Uma marca poderia tornar-se uma tradição, e prosseguir com uma marca implicaria em repensá-las e contextualizá-las, de maneira que não se tornem obrigatórias, idealizadas, regulamentadas e repetidas obsessivamente de forma alienada e sintomática. Meu olhar precisava de um respiro, de se repensar como o que possa contribuir para a equipe e para os usuários.

Enquanto isso, minha parceria com os profissionais do Cecco se fortalecia, e o grupo tomava forma pela participação ativa dos usuários do Cecco e alguns do Caps: escrevíamos esquetes, fazíamos improvisações cênicas com objetos, improvisações de cenas com ditos populares e discutíamos nossas produções. Entrei nesse movimento de “integração” à equipe do Cecco: sentia que a minha presença refletia uma parceria qualificada de alguém disposto a ajudar e aprender/apreender, do que como alguém na condição de aprendiz, como me sentia no Caps.

² Nome fictício. Usuário imita Michael Jackson, diz que já se comunicou com ele em suas visões.

A gestora do Caps, nesse contexto, retornou de suas férias e assim que pode, me chamou para uma conversa sobre a avaliação. Ela se lembrou daquela imagem em que eu estava só, tentando tirar o mural do “Encontre-se em cada dia” no dia da mudança de sede, e a citou como um analisador do meu “encontro” com a equipe – um trabalho solitário, com a intenção de não deixar esquecer a produção dos usuários. Indaguei-me, a partir dessa análise da gestora: um trabalho esquecido, que valor possui? Mas trabalhar sozinha, que efeito tem?

2.3. *A pergunta que não quer “calar”*

Escutar os pedidos, mesmo que fantasiosos, delirantes e sintomáticos e misturado ao desejo do profissional em ofertar algo aos sujeitos, transformar essas encomendas e demandas em algo simbolizável e palatável, produtor de sentido: tinha diversos desejos de oferta, anteriores ao contato com os usuários do Caps Integração e a equipe. No entanto, já haviam algumas das ofertas que “desejava” oferecer, mas com diferentes modos de funcionar. Até tentei fazer um grupo de percussão, dentro do que “desejava” oferecer, nos organizamos rapidamente para fazer a “torcida” para a equipe de futebol do Caps no campeonato, mas esse grupo durou apenas três encontros, depois disso os participantes não compareceram mais. Pensei: esse grupo era desejo meu ou era dos usuários? Qual é o desejo que um psicoterapeuta/coordenador de grupo pode ter? Era então necessário silenciar o meu desejo, fazer “silêncio-em-si” (NASIO, 2010) de oferecer um grupo específico, para dar lugar ao meu desejo de ofertar algo que intercedesse aos desejos dos usuários.

Já sabia que a convivência era um dos lugares em que o coletivo dos sujeitos da instituição compartilhavam suas vontades e necessidades, e de vez em quando, apareciam alguns desejos. Algo de silenciamento, entretanto, permeia esse e outros espaços e relações, nem sempre se é possível compartilhar dialogicamente as dificuldades de lidar com o sofrimento psíquico em suas várias formas e lugares. E é nesse momento que trabalha a pulsão de morte, dentro de um silêncio ativo (FREUD, 1915). Mas quando o grito reúne elementos da pulsão de morte (LACAN, 1988), expressa a voz que fora privada da condição de objeto para o desejo do Outro, ou seja, é o grito que dá passagem para o silêncio.

Um exemplo disso é quando o grito da “crise” convoca os profissionais a habitar, em situação emergencial, o espaço de convivência/ambiência, ou o grito silencioso da pulsão de morte trabalhando no sofrimento do trabalhador que não

compartilha suas intervenções, dentro de uma lógica de trabalho que deveria ser coletiva, há consequências nem sempre producentes, de se trabalhar num contexto de formação de compromissos (ONOCKO CAMPOS, 2003b) ou de política de silenciamento (ORLANDI, 1992)

Numa instituição como é um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em que gritos são “comuns” e rotineiros com relação aos sujeitos tratados sob seu cuidado, o silêncio por parte dos outros sujeitos - os profissionais e gestores que cuidam - parece contraditório. Porém, parece que esse paradoxo não é tão “incomum” - Será que há uma necessidade de gritar para ser ouvido? E o que se processa no sujeito para que, não o suporte, que o faça falar ou o faça calar?

O silêncio dos sujeitados é componente da situação de exclusão, marca mais forte da impossibilidade de considerar Sujeito aquele a quem a fala é, de antemão, negada. Os espaços extremos de exclusão (manicômios e prisões, por exemplo) mostram a lógica da produção de silêncio de seus loucos e prisioneiros (FOUCAULT, 1997). O silêncio então, pode ser a fala mais expressiva da exclusão, mas que não se limita as relações de exclusão-inclusão em torno dos quais a sociedade e as instituições se organizam (id.). O silêncio e sua produção, enquanto negação da possibilidade de fala, se estende a outros tipos de relações de poder que não são tão binárias ou lineares quanto gostaríamos.

O equipamento de saúde mental, apesar de sua função de acolher aquele que é considerado extremamente diferente e distinto, tende a se tornar insensível às singularidades, às diferenças, e a expurgá-las. Isso ocorre, em geral, para que os profissionais, também sujeitos, se defendam e se protejam, dentre outras coisas, *do medo de contágio pela loucura*³, medo de ser agredido fisicamente, dentre outras. Por essas e outras razões, é tão difícil permanecer no espaço de convivência – e conseguir parceiros para atividades na ambiência – e o lugar da ambiência, quando “habitado” por um profissional, e particularmente por um aprimorando, acaba tornando-se persecutório para a equipe, já que a equipe é vista de outro ângulo: o de um profissional no mesmo ponto de foco dos pacientes. Um aprimorando, por outro lado, não está a salvo de temer as mesmas “angústias” a qual está exposto, o que pode ser potencializado pelo fato de estar sozinho nesse espaço.

³ Fala do supervisor clínico-institucional, na discussão de um caso.

2.4. Uma posição em deslocamento

Toda *integração* vem de uma cisão bem sucedida.

Frase de uma leitora de Melanie Klein

Ingressou, naquele momento do curso, uma residente “argentina”, que tornou-se minha parceria de formação e de trabalho – que me acompanhou em todas as práticas que eu fazia em âmbito coletivo: grupo de referência, grupo de teatro no Cecco e, dentre outros, o habitar o espaço de convivência.

Com o término do grupo na convivência, minhas intervenções na ambiência do Caps se davam a partir de ações individuais com os usuários, de espera ativa, de diálogo, de produção de objetos ou conversas com grupos pequenos, preferencialmente e “despretensiosos” aos olhares da equipe. Gradativamente, minha carga horária no Cecco aumentava, e, cada vez mais, eu deslocava práticas que antes fazia no Caps para o espaço do Cecco. Nesse deslocamento contínuo entre Caps e Cecco, percebi que o Cecco era de certa maneira invisível dentro da lógica dos serviços prioritários da saúde, uma vez que os Ceccos não se definem como sendo da saúde ou da cultura/arte, ele possui um lugar intermediário, um “entre”, um “não-lugar”, do mesmo modo que um aprimorando dentro da nossa perspectiva de formação. O Cecco não era uma prioridade para recebimento de recursos (que interferiam diretamente nas oficinas por exemplo) e investimentos financeiros, em recursos humanos e em termos de reconhecimento do seu trabalho.

Me esforcei a trabalhar no sentido de mostrar aos usuários do Caps a riqueza de ofertas que eles possuem no território, desinstitucionalizá-los dos efeitos de *chronos* (ONOCKO CAMPOS, 2003b) da permanência em qualquer instituição, inclusive num Caps. Já para a equipe do Caps, atuei na direção de fortalecer a parceria com o Cecco, visto que era um serviço vizinho (literalmente, era só atravessar a rua), com espaços diferentes, mais abertos e menos impregnados do clima ambulatorial que o Caps por vezes assume, e com um público bem diversificado, que estimula a convivência entre usuários de saúde mental e pessoas da comunidade, um trabalho que realmente tenha efeitos psicossociais.

A partir de então, levava com frequência informes sobre o Cecco, na reunião de equipe e de mini-equipe do Caps, convidando a participação dos funcionários do Caps

nas atividades do Cecco que precisavam de parcerias, e esse era o meu jeito de “dizer” algo a equipe. Para somar, a conclusão do trabalho da residente argentina trouxe para a equipe a sugestão de estreitar a parceria do Caps com o Cecco, de apostar num trabalho intersetorial, obtendo a ressonância de, inclusive, fazer parte do Planejamento do Caps.

Logo depois, outra residente em saúde da família do núcleo da Nutrição também chegou e escolheu o Caps “Integração”, e me acompanhou em algumas atividades do Caps, porém, com maior autonomia para propor atividades dentro da sua área de formação. Aproximava-se o fim do ano e me preocupava com as perspectivas para o início de ano no Cecco – os recursos humanos, sem as parcerias de estagiários e aprimorandos da PUC que terminariam em 2010, ficariam reduzidos. Algo precisava ser feito, e com certa rapidez, para suprir a ausência dos aprimorandos e estagiários que terminariam suas práticas e não haveria mais substituição no ano seguinte. Junto a um profissional do Cecco, idealizamos um grupo de cinema, em meados de novembro, para começar o grupo em dezembro, contando com uma parceria específica: um psicólogo do Caps, conhecedor de cinema e colecionador de filmes e que já possuía experiências de exibição de filmes para o público “da saúde mental”, algumas exitosas. Apostava em parceiras do Caps para sustentar esse período difícil do Cecco, uma vez que minha concepção do trabalho em saúde mental não se limita a atuação em uma instituição apenas.

No final de janeiro de 2011, conseguimos fazer a primeira exibição cinematográfica. Conseguimos formar um grupo, que atualmente (fevereiro de 2011), possui um público de, em média, 50 pessoas, sendo que já exibimos cinco longas e três curtas-metragens até a presente data. No grupo de teatro, conseguimos montar uma peça para apresentar na festa de final de ano do Cecco, com boas repercussões do público. Ambos grupos – teatro e cinema – tem participação de usuários do Caps, no entanto, essas ofertas são de grupos abertos, voltados para toda a comunidade e com objetivo de criar um “pretexto” para a ampliação das redes de contratualidade social dos sujeitos participantes, de simplesmente possibilitar a *convivência* entre os “diferentes”, que por si só, pode ser terapêutica.

No Caps, os profissionais e usuários me procuravam com frequência em busca de informações do Cecco, algo que sentia inicialmente como natural, mas que demorei para perceber esse lugar e responsabilidade em que me impliquei e que a equipe e usuários me identificou – o “lugar em movimento”, entre Caps e Cecco, uma espécie de

proposta de homogeneização dos modos de ser e viver, dentro da lógica capitalista de produção, partindo de uma concepção de mundo interno, de vida privada e intimidade que se diferenciaria radicalmente da vida política. É perceptível, todavia que quanto mais a sociedade proclama “emancipação sublinhando a igualdade de todos perante a lei, mais ela acentua as diferenças. (...) Assim, a era da individualidade substituiu a da subjetividade (ROUDINESCO, 1999).

Apesar disso, sabe-se que os Caps acabam por fazer manutenção social dos sujeitos em sofrimento psíquico, dentro desse mesmo dispositivo de controle medicalizador, hospitalocêntrico e capitalista de produção serializada da forma-indivíduo. Esta forma de trabalho se distancia dos paradigmas fundadores dos Caps, e não corresponde à ética da atenção psicossocial. Felizmente, não se pode controlar tudo – há falhas, o poder sobre a vida não alcança a tudo, é possível produzir desvios (ONOCKO CAMPOS, 2003a) e biopotência (PELBART, 2003), portanto. Eticamente, a atenção psicossocial visa a afirmação das diversas possibilidades de ser e viver, esteticamente, ela incita a construção da própria vida como obra de arte por meio do cuidado de si (CARDOSO, 2009) e politicamente, afirma a produção coletiva.

Mesmo possuindo o conhecimento da base teórico-metodológica e ética que embasam as práticas na Atenção psicossocial, não é com facilidade que se analisa as próprias práticas quando se trabalha, inserido numa instituição, quando o próprio corpo e inconsciente estão colocados em posição de trabalho, que dificulta olhar para si mesmo como se estivesse “de fora”. Muitas vezes, fiz sem perceber no momento, que o que estava fazendo se dirigia à práticas psicologizantes, autoritárias e individualizadoras, quando tinha outra intenção. Mas se toda análise é uma análise institucional, conforme pensa Guattari (BAREMBLIT, 2002), posso dizer que não fiz sozinha e nem sou a única a tê-las feitas.

Sendo assim, falar de possíveis marcas individuais deixadas na instituição não parece uma forma justa de concluir uma obra que não é de um sujeito só, mas do encontro sujeito-sujeito e sujeito-instituição e, além disso, o indivíduo que as deixou nem sempre testemunha seus efeitos. Certamente deixarei algumas marcas e não sairei sem elas. Talvez deixarei a marca de uma psicoterapia em alguns que atendi, marcas concretas nas paredes da instituição, nos prontuários dos pacientes-usuários, nas lembranças das relações vividas, na ausência dos grupos no Caps e no Cecco, enquanto não houver substituição, mas creio que deixarei marcas “inaudíveis”: a marca de um

percurso, “pegadinhas” num trajeto interinstitucional a ser percorrido com mais frequência, projeto em que atualmente, ambas equipes – Caps e Cecco – estão em movimento na minha percepção individual/coletiva.

3.2. *É possível planejar o “ingovernável”? Por uma ética da Atenção Psicossocial.*

Para cruzá-la ou não cruzá-la
eis a ponte

na outra margem alguém me espera
com um pêssego e um país

trago comigo oferendas desusadas
entre elas um guarda-chuva de umbigo de madeira
um livro com os pânicos em branco
e um violão que não sei abraçar

venho com as faces da insônia
os lenços do mar e das pazes
os tímidos cartazes da dor
as liturgias do beijo e da sombra

nunca trouxe tanta coisa
nunca vim com tão pouco

eis a ponte
para cruzá-la ou não cruzá-la
e eu vou cruzar
sem prevenções

na outra margem alguém me espera
com um pêssego e um país

Benedetti, A Ponte.

Analisar-se nas práticas que se faz é difícil, quando se está inserido no contexto analisado. Freud diria que é impossível analisar, bem como educar e governar (FREUD, 1937). Mesmo assim, insistimos em fazer o impossível no que ele é acessível. E há, segundo o mesmo autor, algo de “ingovernável” no sujeito, para além daquilo que sua razão pode alcançar. Estamos falando de inconsciente. Do mesmo modo que o inconsciente na psicose está na superfície, que não há o que interpretar em seu sentido *strictu*, basta escutar e acolher aquilo que se expressa estranhamente, por meio de gritos, lágrimas, movimentos estereotipados ou não (o que não torna mais fácil a análise da psicose). Assim, planejar pode ter mais a ver com possibilitar que aquilo que está na

“superfície” e que ainda é difícil de escutar/falar seja passível de ser ouvido/dito, e menos com organizar todo o “barulho” que habita seu espaço, silenciando alguns deles.

Levarei dessa experiência de aprimorar-me, a importância de se comprometer com a palavra e com o “dizer”, se possível o “bem-dizer” (MILLER, 1997), e principalmente, de se assumir uma *escuta*, como um significante da transferência ou um significante qualquer (GOLDER, 2000), mas com uma produção de sentido ao Sujeito que é o “objetivo” desse trabalho de clínica e gestão na atenção psicossocial, mas para além da audição simples. Me lembrarei de situações muito fortes e novas e a importância de se compartilhar as experiências de trabalho, mesmo que seja preciso insistir pra isso. Além disso, levarei o aprendizado do quanto é difícil estar num Caps III, oferecendo, conforme diria Onocko Campos⁵, o seu corpo e o seu inconsciente ao sujeito que se encontra em sofrimento psíquico, que vem aqui dormir e comer, que não é nosso papel substituir a família deles, que a gente apanha de verdade, que analisar as próprias práticas quando se está inserido na situação necessita de um grande exercício de disponibilidade, pois me peguei várias vezes fazendo uma prática que divergia da ética que escolhi como norteadora de meu trabalho, mas acho que não sou a única.

É muita responsabilidade para uma instituição como um Caps III, dar lugar para dormir e comer a um sujeito em crise, tentar suprir temporariamente das relações sociais e pessoais do sujeito (as vezes confundindo-se no seu papel e tentando ser substituído dos familiares, por exemplo). São tantas atribuições ao Caps, que fica difícil ter mais essa árdua tarefa de apostar na liberdade do sujeito, se o Caps terá que sustentá-la sozinha quando a liberdade fizer o sujeito “sofrer”. Isso porque o Caps acaba por atuar sem sua principal parceira: a sociedade; em suas diversas expressões como a imaginação do social a respeito do sofrimento psíquico; a disponibilidade de conviver com as diferenças; a “aceitação” por parte dos familiares do sofrimento psíquico e de suas formas de manifestarem-se. A parceria com a sociedade não se dá apenas de forma macropolítica, como almejam e são firmemente sustentados pelos movimentos de Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, mas de forma micropolítica, ou seja, nas relações que se estabelecem entre as pessoas, no que se pode fazer num território dentro de suas ofertas ou fora, no que pode ser criado de novo naquele território, nas posições e discursos que ocupamos diante do Sujeito ou dos sujeitos.

⁵ Fala de Rosana Onocko Campos na supervisão.

Essa parceria pode ser facilitada com a mediação de micro-sociedades que compõem as instituições abertas à parceria. Locais com mais acessibilidade ao público em geral, que permite que haja encontros entre os sujeitos, que possibilita convivência de diferentes em seu espaço, parece ser uma aposta que toca às dimensões do sujeito como “entre social” (COSTA-ROSA, 2010). Trata-se, portanto, não somente do trabalho de articular equipamentos, de somar um serviço de atenção psicossocial com outro, compartilhando práticas e possibilitando aumento das redes de contratualidade social de seus sujeitos-usuários, o que não é pouca coisa a ser feita. É preciso, ainda, avançar um pouco mais, investindo numa gestão mais “micromolecular”, num objetivo de trabalho do campo da saúde mental coletiva que esteja em consonância com as singularidades das subjetividades e seus devires desejanter, e, se coloque aversivo aos modos de produzir saúde de forma autoritária, serializada e capitalista.

Pude contribuir, pelo menos um pouco, no que toca a esse trabalho na Atenção Psicossocial, de apostar mais na ética do cuidar-se do que na ética do cuidado, de apostar na autonomia dos sujeitos e no que eles dizem de si, embora seja difícil apostar numa liberdade se ela mesma pode causar sofrimento, e por essa razão que é preciso trabalhar com o que a sociedade pensa da loucura, e nessa empreita, outras instituições podem ajudar nessa ação junto com a sociedade em geral, e nesse caso, apostei no Cecco como recurso de trabalho na comunidade, uma vez que os Ceccos não estão voltados somente para um público específico, são instituições mais abertas a população em geral.

Portanto, implicar o sujeito como capaz de construir seu modo próprio de agir e de saber por si, não ferir a liberdade do sujeito (BRUNI, 1989) por apostar que ela pode posicioná-lo na ética do “cuidar-se”, do ser capaz de lidar com os impasses das dimensões subjetivas ou de sentido que lhe intervierem (COSTA-ROSA, 2010), essa parece ser uma perspectiva de trabalho que esteja, de fato, implicada com a ética da atenção psicossocial. Conviver com o sofrimento psíquico, conviver em equipe, conviver na transdisciplinaridade, eis uma exigência dessa ética, de “aprimoramento” em estado permanente.

4. Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras práticas: Teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

- BLEGER, J. *Simbiose e Ambigüidade*; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BRUNI, J. C. *Foucault: o silêncio dos sujeitos*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 199-207, 1.sem. 1989.
- CARDOSO, T.M. *A música como expressão da biopotência nos modos de subjetivação da contemporaneidade*. Iniciação Científica, Relatório Final Fapesp, 2009.
- CAMPOS, G.W.S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- COSTA-ROSA, A. *A ética da atenção psicossocial*. (no prelo), 2010.
- _____. O grupo psicoterapêutico na psicanálise de Lacan: Um novo dispositivo da clínica na Atenção Psicossocial. *Revista Physis*, 2009.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti- Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal, 1972.
- _____. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1, São Paulo, Editora 34, 1995
- FREUD, S. *Psicologia do grupo e a análise do ego*. In Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII, p. 89-179. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976 (1921).
- FREUD, S. *O estranho*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976; v.27. 1919.
- FREUD, S. *Os instintos e suas vicissitudes*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1915.
- GALETTI, M.C. *Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?* Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- GOLDER, Eva-Marie. *Clínica da primeira entrevista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KAËS, R. (Orgs.). *A instituição e as instituições*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991
- LACAN, J. *O seminário. Livro 7. A ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LUZIO, C.A. *Atenção psicossocial: reflexões sobre o cuidado em saúde mental no Brasil*. Tese de Livre Docência – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010.
- MOURA, A. H. *A psicoterapia institucional e o clube dos saberes*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MILLER, J.A. *Lacan Elucidado: Palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Lda. 1997.
- NASIO, J.-D. (org.) *O silêncio em psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1989.
- ONOCKO CAMPOS, R.T. *Clínica: a palavra negada*. In: *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, V. 25, n. 58, p. 98-111, maio/ago. 2001.
- _____. *A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas*, pp 122-149. In: Campos, G.W.S. *Saúde Paidéia*. Hucitec, São Paulo. 2003a.
- _____. *Humano, demasiado humano: un abordaje del mal-estar en la institución hospitalaria*. In H Spinelli (org.). *Salud colectiva problemas y debates I*. Lugar Editorial, Buenos Aires (no prelo). 2003b.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- OURY, J. Itinerários de formação. *Revue Pratique*, nº 1 (Trad. Jairo Goldberg), 1991.
- PELBART, P.P. *Vida capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo, Iluminuras, 2003.

ROUDINESCO, E. *Por que a Psicanálise?* Rio de Janeiro, Zahar, 1999.